

PSB-SP: SOCIALISMO E TENENTISMO NA CONSTITUINTE DE 1933-34

Dainis Karepovs
dakar@uol.com.br

Pós-doutorando do Departamento de História do IFCH-UNICAMP (SP)

Resumo

Criado sob influência do interventor nomeado por Getúlio Vargas após o esmagamento da revolta de 9 de julho de 1932, o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo incorporou ao seu ideário influências contraditórias: socialismo e corporativismo. Tais orientações foram determinantes na sua ação e na atuação dos parlamentares eleitos por sua legenda para a Constituinte brasileira, que se reuniu durante os anos de 1933 e 1934.

Palavras-chave: Socialismo (Brasil); Assembléia Nacional Constituinte, 1933-1934; Tenentismo; Partido Socialista Brasileiro de São Paulo

PSB-SP: Socialism and “tenentismo” ⁽¹⁾ in the 1933-34 Constituent Assembly

Abstract

Created under the influence of the temporary governor assigned by Getúlio Vargas after the July, 9th – 1932 insurrection was crushed, the Brazilian Socialist Party in São Paulo (PSB-SP, in Portuguese) congregated -_ to its system of political, social, and economic ideas _ contradictory influences: socialism and corporativism. Such orientations were decisive to its action and to the actuation of PSB-SP members elected to the Constituent Assembly that took place during the years 1933 to 1934.

Key-words: PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. Socialism (Brazil); National Constituent Assembly, 1933-1934; “Tenentismo”; Brazilian Socialist Party in São Paulo

A chamada “Revolução de 30”, mais que uma ruptura institucional, marca a definitiva entrada das massas populares urbanas na chamada cena política. Fenômeno que havia se intensificado e tomado dimensões relevantes a partir das

revoltas tenentistas dos anos 1920, sua irreversibilidade a partir dos anos 1930 pautou a atuação das elites políticas brasileiras na elaboração de um novo arcabouço jurídico-institucional: as leis trabalhistas e previdenciárias e a instituição do voto universal foram pontos destacados nesse sentido. Ao mesmo tempo iniciou-se também um movimento de controle do Estado sobre a estrutura sindical e um substancial reforço do Poder Executivo em detrimento do Legislativo, o qual tomou forma concreta na Constituição Federal de 1934 e nas Constituições Estaduais elaboradas em 1935.

É dentro desse quadro que se dá o surgimento de uma série de partidos políticos que buscavam ser canais de expressão desses novos atores, o que abalou os monolíticos partidos republicanos regionais. Entre as agremiações político-partidárias então criadas estava o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo.

O ano de 1930 encontrou a estrutura político-partidária do Estado de São Paulo ocupada por dois protagonistas: o hegemônico Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), uma cisão do PRP com características um pouco mais liberais do que sua conservadora matriz. Com a chamada “Revolução de Outubro de 1930”, os “tenentes”, que haviam tido como companheiros de conspiração para o levante o PD, rapidamente perceberam que este não seria um aliado seguro para o seu combate às oligarquias dominantes. A situação política instável do começo da década de 1930 fez com que os “tenentes” dessem início à constituição de estruturas político-partidárias para a consecução de seus objetivos e criassem a “Legião Revolucionária de São Paulo”, que mais tarde transformou-se no Partido Popular Paulista. Ao mesmo tempo, o confronto com os tenentistas fez com que as elites paulistas, representadas pelo PRP e pelo PD, se unificassem e formassem a Frente Única Paulista e desencadeassem o processo que redundou na chamada “Revolução Constitucionalista”.

Em princípios de 1932, setores que iniciavam seu processo de descolamento do “tenentismo” chegaram a começar a discutir a formação de um “partido socialista”, mas os acontecimentos de 9 de julho acabaram por adiar tais planos¹. Depois de encerrada a revolta paulista, as conversações foram retomadas e em uma delas, realizada no Centro Republicano Português, o ex-deputado estadual pelo PD Zoroastro Gouveia chegou a ler um manifesto-programa do Partido Socialista de São Paulo. As conversações prosseguiram no sentido da criação da nova agremiação.

No entanto, as entidades presentes – Partido Popular Paulista, Clube 5 de Julho, Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, Centro 1º de Setembro, Federação Sindical Proletária do Estado de São Paulo e dissidentes do Partido Democrático – foram convidadas pela Legião Cívica 5 de Julho do Rio de Janeiro a tomar parte em um congresso que se realizaria no Rio de Janeiro.

De 15 a 25 de novembro de 1932 realizou-se o chamado I Congresso Nacional Revolucionário. Este conclave tinha por objeto unificar as forças políticas vinculadas ao tenentismo e favoráveis ao Governo Provisório de Getúlio Vargas. Sob a presidência do major Juarez Távora, ali estiveram reunidos, além de vários interventores, e das entidades de São Paulo acima arroladas², representantes do Clube 3 de Outubro, Legião Cívica 5 de Julho, Legião Paranaense, Legião Revolucionária de São Paulo, Partido Liberal Socialista (também de São Paulo) e da Ação Integralista Brasileira (que se retirou durante os trabalhos do congresso). Ao seu final foi fundado o Partido Socialista Brasileiro, que teria ideologia e programa proclamados como socialistas, sem que, no entanto, qualquer das organizações fosse dissolvida. Segundo um relato posterior feito por Carmelo Sigismundo Crispino, as coisas já teriam começado mal, pois “nem o programa aprovado pelo Congresso no Rio de Janeiro a Comissão Central do Rio teve a coragem de publicar, dando à publicidade um outro completamente adulterado”³.

Em outro depoimento, desta vez de Francisco Giraldes Filho, em carta endereçada a Zoroastro Gouveia, surgem outros detalhes sobre o episódio:

“Quando foi discutido o programa aprovado pelo Congresso Revolucionário do Rio de Janeiro, alterado na revisão, pela Comissão Central da Capital da República e publicado sem minha assinatura e a de Amoréti Osório, você bateu-se pela publicação do manifesto agora lançado [Giraldes Filho refere-se ao manifesto do PSB-SP lançado em 4-11-1933, **dk**].

Nesta ocasião quis você com grande número de companheiros tornar público o manifesto, já aprovado por grande maioria, para que a opinião pública, principalmente os trabalhadores, por causa da publicação do manifesto do General Waldomiro Lima, não nos tivesse em conta de mistificadores.

O rompimento mesmo aberto com aquele chefe do Exército [referência ao general Waldomiro Castilho de Lima, **dk**] foi desejado por você e por quase todos os companheiros de São Paulo.

Atenderam todos afinal ao meu parecer, quando aleguei o ponto de vista dos companheiros do Rio, parecer dado numa reunião realizada na sede do Club 3 de Outubro, em que estiveram Juarez Távora, Castro Afilhado, Moreira Lima e outros, que entendiam que devia ser mantida a maior solidariedade entre todos os revolucionários e apoiado por nós outros de São Paulo, o General Waldomiro Lima.

Esse pensamento conciliador e de apoio foi principalmente de Juarez Távora.”⁴

Foi por intermédio deste manifesto de fundação, o qual Crispino e Giraldes Filho classificaram de adulterado, que o novo partido afirmou seu caráter e seus métodos:

“Como conseqüência lógica desse trabalho urgente surgiu o Partido Socialista Brasileiro. Socialista – mais por suas tendências predominantes do que mesmo pelo conteúdo de seu programa Brasileiro – por desejarmos deixar bem claro que, obedecendo, embora, a tendências socialistas, todos os nossos problemas aí foram estudados e resolvidos segundo uma inspiração brasileira, dentro de uma realidade brasileira, observadas as necessidades brasileiras, as tradições brasileiras, as qualidades e defeitos do povo brasileiro. Brasileiro, ainda, porque desejamos frisar o seu caráter nacional, visando obter a coesão política do Brasil, até hoje fragmentado em pequenos blocos regionais em que os partidos existentes, longe de serem fatores de felicidade para o povo, transformaram-se, antes, em instrumentos de desagregação, pois que fazem nascer a luta de Estados contra Estados, de regiões contra regiões, de interesses de uns contra interesses de outros. (...) Não somos extremistas. Procuramos adotar do socialismo aquilo que responde às necessidades do país. Pretendemos, assim, preparar o Brasil para a transformação social que fatalmente nos atingirá evitando que a mesma se faça aqui *ex-abrupto*, desorganizando a vida nacional e causando ao país prejuízos materiais e morais incalculáveis. Dessa forma, julgamos prudente e justa a nossa diretriz.”⁵

Em seu programa advogava a defesa da implantação, num regime republicano federativo, do sistema representativo sob a forma parlamentar; a eleição indireta para presidência da República; desdobramento do poder legislativo, no âmbito federal, em duas câmaras: política e sindical; eleição pelo sufrágio universal direto; justiça simples e barata, gratuita para os pobres; a centralização da defesa nacional e a federalização das polícias estaduais; a outorga ao eleitorado do direito de cassar o mandato de seus governantes; a liberdade de imprensa; a liberdade de cultos e o estabelecimento do divórcio a vínculo; a sindicalização instituidora da jornada máxima de 8 horas, do salário mínimo, da regulamentação do trabalho feminino e dos menores, de leis de acidentes de trabalho, caixa de aposentadorias e de pensões, férias e repouso semanal remunerado, justiça do trabalho sumária e gratuita, cooperativismo, colaboração dos sindicatos para elaboração do Código do Trabalho; o ensino primário gratuito e obrigatório; a nacionalização das quedas de água e das jazidas minerais; reformulação do Banco do Brasil, com a criação do crédito agrícola e hipotecário.

rio para auxiliar a lavoura e a indústria; o estímulo ao desenvolvimento da siderurgia e a exploração das minas, do petróleo⁶.

Embora, como destacado em seu manifesto de fundação, o PSB anunciasse uma vocação nacional, a partir de sua criação foram sendo fundados partidos socialistas em vários Estados: Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Tais partidos, visando, sobretudo, as eleições à Constituinte, programadas para maio de 1933, organizaram-se em torno dos grupos tenentistas no poder e mantinham com o partido surgido do Congresso Revolucionário uma relação, digamos, federativa, o que significava, na prática, uma grande autonomia em relação ao PSB, marca da força da cultura política local no Brasil.

O Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB-SP), objeto de nossa atenção, não diferiu deste padrão. Ele constituiu-se em torno da figura do interventor nomeado por Getúlio Vargas para o Estado de São Paulo, o general Waldomiro Castilho de Lima, e também de outro ex-interventor, João Lins de Barros.

Assim, em congresso realizado em São Paulo, de 5 a 7 de fevereiro de 1933, na sede do Clube Republicano Português, foi fundado o PSB-SP. Com a presença de membros dos Diretórios da Capital e de 187 representantes do Interior, o novo partido aprovou seus estatutos, definiu sua direção (Paulo Tacla, Clóvis da Nóbrega, Olympio Ferraz de Carvalho, Athos Ribeiro, Carlos Vianna Ferreira) e adotou o programa de governo para São Paulo. Este programa, de caráter “tenentista”, recendendo fortemente o odor corporativista oriundo do fascismo italiano, dividido em 28 pontos, foi apresentado pelo general Waldomiro Castilho de Lima durante o I Congresso Revolucionário e era calcado no que havia sido aí aprovado quando da fundação do PSB. Além disso, havia alguns detalhamentos voltados para o campo estadual e municipal: o poder legislativo seria constituído em uma Câmara una, composta por 2/3 de representação política e 1/3 de representação de classe; reorganização do município, constituído por uma câmara política e o poder executivo, eleitos pelo sufrágio direto, e controlados por um Conselho Estadual; supressão de impostos interestaduais e intermunicipais; revisão das tarifas alfandegárias a fim de estimular as indústrias que tenham possibilidade de desenvolvimento; redução de impostos sobre artigos de primeira necessidade; reorganização das atividades e racionalização dos métodos de produção agrícola e industrial; com relação às classes operárias, adotar uma política inspirada na solidariedade ativa entre as classes, com o objetivo de estabelecer a justiça na produção e na repartição das riquezas; uma grande ênfase na instituição de um sistema completo de educação em todos os níveis.

Pouco mais de um ano depois, Carmelo S. Crispino apresentou uma outra versão a respeito da realização desse congresso e da adoção do programa do

general Waldomiro Castilho de Lima. Talvez para justificar as razões pelas quais ele e seus companheiros foram impotentes ou coniventes para permitir que o PSB-SP se constituísse à sombra do poder, Crispino apresentou os fatos de maneira a parecer que houve uma usurpação da legenda por parte da Interventoria de São Paulo. Talvez isto tenha efetivamente ocorrido, mas também não é possível deixar de notar informações, como a foto publicada no *Jornal do Estado* de Zoroastro Gouveia fazendo um discurso de saudação ao general Waldomiro Castilho de Lima.

Mas é relevante que a versão de Crispino seja aqui apresentada:

“A Comissão de S. Paulo, verdade seja dita, não seguiu o programa mistificado [referência de Crispino ao programa que teria substituído o aprovado no I Congresso Revolucionário de 1932, dk], mas, sim organizou o Partido seguindo o programa que realmente fora aprovado. Quando o Partido já significava uma força eis que o então interventor federal ou governador militar, não me recordo bem, que nas vésperas havia-se banqueteadado com os banqueiros e capitalistas da Paulicéia, lembrou-se do Partido Socialista e veio à procura da Comissão Organizadora do mesmo que recusou receber qualquer intromissão de elementos palacianos.

Mais tarde, quando a Comissão Organizadora de São Paulo deu por encerrada sua missão e convocou o Congresso, os elementos ligados ao Palácio prepararam o seu golpe e no Congresso, aproveitando-se da ocasião, porque, pelo que nos pareceu nessa ocasião, o manifesto-programa elaborado pela Comissão Organizadora e em que colaboraram os nossos companheiros Francisco Frola – Zoroastro Gouveia – Belfort Mattos e Athos Ribeiro, foi escamoteado. Aproveitando a ocasião, como disse acima, certos elementos conseguiram intrometer-se no Partido, forçaram a aprovação do manifesto-programa do General Waldomiro Castilho de Lima, programa esse que poderia conter em si várias espécies de reivindicações e de ideologias, menos as reivindicações e ideologias socialistas.

Entretanto, todos vós o sabeis, esse programa foi aprovado, com ligeiras modificações. Vimos, então, o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo sofrendo a tutela do poder e tornando-se um partido personalista, quando a característica de Partido Socialista constituiu sempre uma ação não só de oposição ao poder, mas uma ação de esquerda proletária. E um partido de esquerda nunca poderia sofrer a tutela do poder em pleno regime burguês.”⁷

Mas o fato é que esse partido foi tutelado.

Da sua fundação até a data das eleições (3 de maio de 1933) o PSB-SP criou diretórios em 187 municípios (73,3%) nos 255 então existentes no Estado de São Paulo.

Observe-se que o surgimento da nova agremiação se fez também em razão do insucesso das tentativas de composição da interventoria com o PRP e o PD, que optaram pela criação de uma frente única eleitoral para o pleito de maio de 1933⁸. Também é digno de menção o fato - antecipando o próprio Getúlio Vargas, que impulsionaria em meados dos anos 1940 a criação do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Democrático - de o general Waldomiro Castilho de Lima ter apoiado a criação, ao mesmo tempo, de uma organização político-partidária voltada para os trabalhadores, o PSB-SP, e de outra voltada para as elites políticas agrárias paulistas, o Partido da Lavoura.

Enquanto na Capital havia uma maior predominância de militantes de viés socialista ou então oriundos das fileiras tenentistas, no interior do Estado o perfil de seus aderentes servia para mostrar, mais que “socialismo”, uma adesão - ressalte-se desde já, aparente, pois os resultados obtidos pelo PSB-SP em 3 de maio deixam clara sua ineficácia - dos setores dominantes à máquina partidária oficial. Destaque-se aqui um dos principais motes de obtenção de adesão ao novo partido: o discurso que incorporava a fala dos revoltosos de 1932 para tentar quebrar as resistências às posições tenentistas.

Além disso, também é digna de menção, como produto dos itens programáticos de defesa do estado laico e do divórcio, a incorporação às fileiras socialistas de setores vinculados a organizações e religiões não-católicas. Estes setores, sobretudo protestantes e espíritas, eram fortemente estigmatizados pela Igreja Católica. No entanto, o seu conservadorismo em relação à política era tão acentuado quanto o dos católicos. Neste sentido, é útil transcrevermos o depoimento do reverendo Guaracy Silveira relatando sua aproximação com o PSB-SP para que possamos situar com mais precisão os limites da sua adesão às fileiras socialistas:

“Quando, quinze dias antes das eleições em S. Paulo, sem que eu tivesse qualquer relação com os membros do Partido Socialista e sem que eu conhecesse qualquer pessoa da interventoria do referido Estado, mandaram à minha casa solicitar o meu apoio para esse Partido, o pedido que então me fizeram foi neste sentido: que uma corrente comunista havia invadido aquele Partido e apelavam para mim, como ministro evangélico, a fim de que ali fosse combater essa corrente. (...) Tomando, então, em minhas mãos o programa daquele Partido [referência ao programa apresentado pelo general Waldomiro Cas-

tilho de Lima, dk], do qual cem mil cópias foram distribuídas no Estado de S. Paulo, estudei-o, item por item, e cheguei à conclusão de que, sendo ele socialista cristão, eu lhe podia emprestar a minha inteira solidariedade. E, neste sentido, ocupei o microfone da Rádio, em S. Paulo, analisando o programa do socialismo moderado e mostrando ao povo da minha terra que aquele programa visava o bem do proletariado e em nada era contrário à nossa consciência cristã. Reunido o Congresso, onde também eu não conhecia qualquer dos delegados, salvo pequena exceção, fui escolhido em 8º lugar, numa chapa de 22 nomes.”⁹

Imediatamente o novo partido passou a ser organizado por todo o interior do Estado de São Paulo, em estrita vinculação com a máquina oficial. É exemplar, nesse sentido, o acompanhamento que o órgão oficial do Estado, o *Jornal do Estado*, dá ao PSB-SP, de um lado, com notas diárias dedicadas à legalização dos seus diretórios, e, de outro, com a reprodução de entrevistas, textos ou discursos radiofônicos¹⁰ dados por alguns dirigentes socialistas a outros órgãos de imprensa e, particularmente, à participação de um deles, Paulo Tacla - que, não por acaso, era o oficial de gabinete do Interventor federal -, que aí tinha uma coluna diária, na qual eram reproduzidos telegramas a ele enviados pelos diretórios socialistas.

Tais textos, ao serem publicados no *Jornal do Estado*, serviam para dissipar quaisquer dúvidas a respeito do caráter e limites desse partido que se dizia socialista. Aí encontramos a defesa de teses sobre a necessidade de se lançar as bases de um “socialismo de estado”, que deveria ser encabeçado por alguns “pulsos de aço”¹¹. Também encontramos afirmativas de que o PSB-SP buscava atrair para si forças novas, “mais ou menos livres do vírus da politiquice e que desejam, de fato, canalizar para o nosso campo de atividades essa ânsia de renovação que empolga o Brasil, cansado de lutas e iludido com as promessas falazes da maioria dos reformadores de emergência”. Também se garantia que o Partido Socialista era a “condensação de todas as aspirações sensatas”, podendo, portanto, nele ingressar os “lavradores, os industriais, os professores, os estudantes, sem se comprometerem com as ideologias extremistas nem marcharem para um condenável radicalismo, que não se coaduna com o genuíno espírito nacional”¹². Nesse sentido, e para afastar as acusações de que o PSB-SP encobria idéias comunistas, eram citadas declarações do general Waldomiro Castilho de Lima, nas quais afirmava ser a propriedade eterna e que a separação entre capital e trabalho era a anarquia, devendo, portanto, ambas estar unidas, para concluir que o PSB-SP não queria destruir a propriedade privada, mas sim que esta a engrandeceria¹³. Afirmava-se, ainda, que o PSB-SP tinha um programa de socialismo

“moderado e sadio, adstrito à geografia brasileira”¹⁴. Enfim, era um partido de ordem, da ordem e pela ordem.

Era lógico que assim fosse, pois o órgão oficial do Estado de São Paulo, que, além de cumprir sua função legal de editar atos oficiais, possuía várias páginas, como qualquer jornal, de caráter noticioso, era uma fonte de informação muito apreciada nas pequenas e médias cidades do Estado e era o canal ideal para deixar claro o que era esse novo partido governista e não assustar as elites do conservador Interior paulista.

No período que vai de sua criação até as eleições de 3 de maio não se encontra no *Jornal do Estado* nenhum texto com a menor veleidade do que se possa entender por socialismo. São apenas textos que servem para mostrar os interlocutores (ou, melhor, eleitores) aspirados pelos dirigentes do PSB-SP: trabalhadores urbanos e agrícolas, professores, mulheres, jovens, militares, os defensores do divórcio e, claro, os socialistas.

Os enfoques realçando a questão política do caráter socialista do PSB-SP apareciam na grande imprensa, por meio de declarações de dirigentes socialistas ou figuras de destaque do partido na Capital, ou então em outras publicações, de circulação mais restrita, como a revista *Socialismo* (editada pelo exilado antifascista italiano Francesco Frola e posteriormente por Carmelo S. Crispino). *Socialismo* agrupava os membros do PSB-SP que tinham uma maior identificação com a social-democracia européia. Em seu editorial de lançamento¹⁵ estes socialistas marcavam algumas importantes distinções com a orientação expressa pelo PSB-SP. Este grupo afirmava que o princípio essencial do socialismo era a socialização dos meios de produção e de troca e que isto se dava a partir da constatação da existência da luta de classe. Com a consciência de que o regime capitalista era incapaz de gerir a economia de modo a servir ao bem-estar geral, produzindo crises de graves conseqüências, isto colocava os partidos socialistas na luta contra essas crises e, ao mesmo tempo, na luta pela conquista do poder político. No entanto, valendo-se de Karl Kautsky, afirmavam que a conquista do poder era um longo e gradual processo, que requeria a transformação completa do edifício social. Tais orientações acabariam prevalecendo dentro das fileiras socialistas quando de sua alteração de direção em fins de 1933.

No dia 5 de abril de 1933 representantes dos sindicatos de tecelões, da construção civil, sapateiros e metalúrgicos da Capital e tecelões, metalúrgicos e profissionais em madeiras de São Bernardo tornaram público seu apoio às candidaturas de Joaquim Cândido de Azevedo, Luiz Parigot, Zoroastro de Gouveia, capitão Stoll Nogueira, Paulo Tacla, Frederico Lacerda Werneck e Pedro Theodoro da Cunha¹⁶. No dia 20 de abril, no Teatro Municipal de São Paulo, com as dependências lotadas e a presença de 287 delegados dos núcleos socialistas pau-

listas, o PSB-SP realizou um Congresso para definir a chapa de candidatos às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Ali se estabeleceu a composição da chapa de quinze nomes, que no início dos trabalhos era de vinte e dois¹⁷, com o pomposo nome “O Partido Socialista Brasileiro por São Paulo, forte no Brasil Unido”, com que o PSB-SP concorreria às eleições de 3 de Maio de 1933¹⁸.

A síntese de seu programa de luta apresentado para as eleições retinha vários dos pontos do programa do PSB, mas também enfatizava a questão religiosa e o anticomunismo:

“O Partido Socialista lutará pela sindicalização das classes; pela arbitragem justa entre patrões e empregados; pelo direito que tem o operário a uma vida confortável e sustento na sua velhice honrada; pela educação superior gratuita para os que mostrarem capacidade no estudo elementar; pelo cooperativismo e pelas caixas de pensões para todos que vivem de salário; o Socialismo é a justa distribuição de lucros entre o braço e o capital; o Socialismo é o meio de evitar o comunismo e suas tristes conseqüências; o Socialismo é em favor do divórcio para moralização da sociedade; o Socialismo é a prática dos ensinamentos de Cristo sobre o amor ao próximo e fraternidade universal; o Socialismo é pela completa separação entre a Igreja e o Estado; o Socialismo é contra a guerra.”¹⁹

A campanha do PSB-SP fez-se através das tradicionais caravanas pelo Interior do Estado, nas quais grupos de candidatos se deslocavam a todas as cidades possíveis, levando as propostas do partido. Além disso, também se fez campanha por intermédio da Rádio Educadora Paulista.

Apesar do envolvimento da máquina do Estado, o PSB-SP teve um desempenho pífio. Em 1933 havia 299.074 eleitores inscritos, dos quais votaram 261.678 (87,49% de comparecimento) nos 101 candidatos que disputaram o pleito. O PSB-SP obteve 35.289 votos, o que significou 13,48% dos votos²⁰. Das 22 cadeiras em disputa, em conseqüência, o partido obteve apenas três. Outras duas ficaram com o Partido da Lavoura e as dezessete restantes foram conquistadas pela “Chapa Única”, que reuniu todas as demais forças políticas de São Paulo.

Foi o caso mais significativo de fracasso do Governo Provisório capitaneado por Getúlio Vargas, pois a forte bancada eleita pela “Chapa Única”, ligada aos setores que participaram do movimento paulista de 1932, certamente lhe daria mais trabalho em seus planos de continuidade no poder. Em todos os demais estados, mesmo ocorrendo algumas discordâncias, os interventores nomeados por Vargas organizaram fortes partidos estaduais, garantindo “não só a vitória dos situacionismos estaduais, como também a do próprio governo federal”²¹. A

razão para tal desempenho pode ser encontrada no fato de que o general Waldomiro Castilho de Lima, por conta de suas orientações políticas, acabou entrando em rota de colisão tanto com as forças locais como com os interesses do governo Vargas, particularmente no que se refere à questão do café²². Isto fez com que o ditador se inclinasse pela substituição do general Waldomiro Castilho de Lima, o que acabou ocorrendo em 27 de julho de 1933.

Com a saída do general Waldomiro Castilho de Lima, o PSB-SP praticamente desmoronou. Sua sede, que vivia sempre cheia, ficou às moscas, abandonada por aqueles que só viam nele as vantagens do apoio oficial, “porque já não há mais a sombra do Palácio a favorecer a germinação das plantas delicadas, das orquídeas finas dos seus interesses complexos”, como afirmou Zoroastro Gouveia²³. Algum tempo depois, a própria imprensa paulista destacava quem havia abandonado o partido:

“A princípio era um conglomerado que se formou ao redor do senhor Waldomiro Castilho para obter cadeiras de Deputado, prefeituras municipais e outros proventos dependentes do poder. Dele faziam parte, além de núcleos de trabalhadores sindicalizados ou não, médicos, advogados, fazendeiros, comerciantes, proprietários e outros cavalheiros que a muito custo do socialismo só aceitavam o rótulo. Procede-se agora ao expurgo. Os plutocratas, os burgueses e classes congêneres abandonam o Partido. Ficam nele, logicamente, os marxistas.”²⁴

Com o esvaziamento do partido, um grupo de militantes da Capital, agrupando sobretudo tenentistas e socialistas que se diziam marxistas, constituiu-se em Diretoria Provisória e reorganizou o PSB-SP em fins de 1933. Esta nova direção tentou reestruturar a agremiação, dando-lhe um órgão oficial, *Luta Social*, que substituiu *O Socialista*, buscou retomar os contatos com os diretórios existentes no Interior do Estado, anunciou sua intenção em filiar o PSB-SP à Internacional Socialista e ainda marcou um congresso para janeiro de 1934 (depois de tentar realizá-lo por duas vezes sem sucesso em setembro de 1933) a fim de consolidar este processo. Para definir esta nova orientação, lançou um manifesto assinado pela nova direção²⁵.

Neste manifesto o PSB-SP constatava que o salariato levava a exploração do homem pelo homem aos seus limites, quase impossibilitando a disseminação do bem-estar e da cultura pela humanidade: “Daí a luta de classes em sua expressão moderna, o indisfarçável duelo entre a burguesia e o proletariado”. Afirmando que a civilização burguesa se confundia com o “imperialismo capitalista universal”, analisou-o para concluir que se revelara “incapaz de dirigir a economia do mundo de forma a servir à causa da civilização”. Isto conduziu a huma-

nidade a uma crise cujas vítimas não eram apenas os trabalhadores do campo e das fábricas, atingindo também “massas médias, rurais e urbanas, como sejam pequenos industriais, lavradores, comerciantes, artistas, comerciários e homens de profissões liberais”. Tal crise, na avaliação dos socialistas, decorria da posse individual das máquinas e dos outros instrumentos de produção, “posse lucrativa que origina a iniquidade na repartição dos produtos”. Tal crise só teria fim com a implantação do socialismo, que era assim definido:

“O credo de quem, reconhecendo que a coletividade existe para realizar o progresso do indivíduo e a manutenção da liberdade e que o controle dos meios de produção significa o controle da própria vida, trata de erigir uma organização social que abarque em seu seio a regulamentação de certos instrumentos econômicos, os quais, como o capital agrícola e industrial, não podem ser eqüitativamente utilizados por mãos particulares. É uma projeção do auxílio mútuo nos aspectos econômicos e políticos. O socialismo propõe mudanças no organismo social, a fim de comunicar maior extensão à liberdade humana. A organização social é, pois, condição e nunca antítese da liberdade individual.”

Para chegar-se ao socialismo, segundo o manifesto, havia dois caminhos: o radical, com a socialização imediata, o qual havia sido aplicado na URSS, e o defendido pelo PSB-SP, que o chamava de liberal socialista, via esta que “comportava a socialização dos meios de produção, admitindo a propriedade rural e industrial, sempre que não importem em exploração do esforço alheio”. Os socialistas, ao constatarem a luta de classe e buscando extingui-la, tinham como finalidade a coletivização do capital agrícola e industrial. Afirmando aceitar a liberal-democracia como campo de atuação política, declaravam que, ao atingirem o poder, promoveriam um “novo ordenamento jurídico da propriedade e o novo estatuto econômico da produção”.

O manifesto, depois de fazer um exame da situação do Brasil nos terrenos cultural, político e econômico, concluía afirmando que, enquanto não alcançasse o poder, o PSB-SP:

“Além de sua função fiscalizadora, pugnará por todas as medidas tendentes a melhorarem a sorte do proletariado e da classe média, auxiliando-os em sua organização em sindicatos livres e cuidando de elevar-lhes o nível moral e material da vida.

Na órbita externa abraça a política de cordialidade e cooperação, desarmamento, tarifas de renda fiscal, reconhecimento

dos governos independentemente instituídos. Na órbita interna, a de autonomia estadual e municipal, popularização e nacionalização do crédito, estado leigo, socialização do saber e da economia.”

Sem dúvida, as declarações vagas e genéricas tinham sido postas de lado, se compararmos este manifesto e o discurso do PSB-SP durante a campanha eleitoral de 1933. O novo posicionamento aqui apresentado tirava o PSB-SP da órbita do chamado “tenentismo”, embora determinadas ambigüidades com relação, sobretudo, à questão da propriedade ainda deixassem o flanco aberto para críticas oriundas dos agrupamentos do campo marxista, os comunistas e os trotskistas.

Esta nova orientação requeria sua institucionalização. Tentou-se, sem sucesso, a realização de um congresso em setembro de 1933, que acabou não se reunindo por falta de quorum, mas os presentes estabeleceram uma direção provisória, que tornou pública uma declaração de princípios, na qual afirmava que a tarefa do PSB-SP era “disseminar a idéia socialista de solidariedade humana e racionalização da produção socializada sob a superintendência do Estado”, com vistas à futura constituição de uma República Socialista.

Finalmente em janeiro de 1934 o novo grupo dirigente conseguiu realizar um congresso para ratificar as mudanças. Realizado de 10 a 12 de janeiro de 1934, com a presença de mais de 70 delegados e 100 representantes de associações proletárias²⁶, na sede da Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo, o congresso tomou uma série de deliberações. A mais importante sem dúvida foi aquela em que o PSB-SP passou a se reivindicar do marxismo, da variante social-democrata. Zoroastro Gouveia afirmou, a propósito da discussão sobre o manifesto do PSB-SP, que era necessária sua aprovação, pois imprimia ao partido uma orientação marxista e que não podia mais haver mistificações, pois “é preciso marchar para o marxismo em proveito da massa explorada”²⁷. Ali também são aprovadas a filiação à Segunda Internacional, a expulsão do deputado Guaracy Silveira como “indigno e traidor”, uma moção de censura ao deputado Lacerda Werneck e, claro, a nova direção (Carmelo Sigismundo Crispino, Waldemar Belfort Mattos, Zoroastro Gouveia, Francisco Frola, Deodoro Pinheiro Machado, João Cabanas, Domingos Petti, Hildeberto Martins Queiroz, Pedro de Alcântara Tocci, Francisco Giraldes Filho e Arcanjo G. Martins).

Este novo posicionamento do partido trouxe-lhe rapidamente conseqüências. Quase que imediatamente dois (Guaracy Silveira e Lacerda Werneck) dos seus três deputados saíram de suas fileiras. Além disso, sete dos quinze integrantes da chapa de candidatos que disputou as eleições de 1933 abandonaram o partido e juntamente com eles uma série de elementos ligados ao tenentismo, que, nas eleições de 1934, iriam se agrupar na legenda “Aliança Socialista”. Ao

mesmo tempo, o PSB-SP acentuou seu processo de aproximação com outras organizações de esquerda de São Paulo, como decorrência de uma intensa mobilização dos trabalhadores naquele período²⁸, em uma trajetória que resultará na criação de uma frente eleitoral para as eleições de outubro de 1934, a “Coligação Proletária e o Partido Socialista Brasileiro pela Emancipação dos Trabalhadores” e que elegeu um deputado à Constituinte Estadual paulista. No ano seguinte, o PSB-SP estava entre as organizações que deram seu apoio à criação e existência da Aliança Nacional Libertadora, em razão de sua postura antifascista e de sua defesa da democracia²⁹. Com o fechamento da ANL, em julho, seguida da tentativa de insurreição comunista de novembro de 1935, a mobilização dos trabalhadores sofreu um violento declínio, seguido por uma intensa repressão por parte do governo Vargas, que levou os partidos políticos existentes a terem quase que nenhuma atividade, até o seu fechamento com a instauração do Estado Novo.

O PSB-SP NA CONSTITUINTE FEDERAL

Os três deputados eleitos pelo PSB-SP à Constituinte foram o reverendo Guaracy Silveira (com 40.007 votos), o advogado Zoroastro Gouveia (38.571) e o agrônomo Frederico Virmond Lacerda Werneck (38.509 votos).

Aqui é relevante situar brevemente os nossos personagens.

Guaracy Silveira nasceu em Franca (SP) em 27-9-1893. Em 1915 tornou-se ministro metodista, atuando em várias cidades do Interior e na Capital do Estado de São Paulo. Formou-se na Faculdade de Teologia de Juiz de Fora (MG) em 1921. Foi ordenado diácono em 1920 e em setembro de 1921 presbítero da Igreja Metodista. Tornou-se organizador e presidente da Igreja Metodista do Brasil em 1926. Foi o primeiro pastor brasileiro a servir como capitão-capela de tropas regulares, tendo atuado no 8º Batalhão de Caçadores de São Paulo e no Batalhão 14 de Julho durante a chamada “Revolução Constitucionalista”. Após sua expulsão do PSB, tenta reeleger-se, sem sucesso pela legenda da Coligação dos Independentes em São Paulo. Voltou às atividades religiosas. Nos anos 1940 atuou no Departamento Estadual do Trabalho. Em 1944 participou das primeiras articulações para a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, pelo qual se elegeu deputado constituinte por São Paulo em dezembro de 1945. Permaneceu na Câmara Federal até 1951, onde ainda atuou pelo Partido Republicano Trabalhista.

Zoroastro Gouveia nasceu em Irará (BA) em 16-5-1890. Formou-se em Direito, na Faculdade de Direito de São Paulo em 1917. Passou a advogar e abriu seu escritório de advocacia em Jaboticabal. Foi preso em razão de sua participação nos episódios da “Revolução de 1924” naquela cidade. Foi um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo, pelo qual se elegeu deputado estadual

e, nessa condição, atuou na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1928 a 1930. Logo após a “Revolução de 1930”, formou-se uma dissidência no PD, da qual Zoroastro Gouveia tomou parte, em apoio ao interventor João Alberto, com o qual os democráticos haviam rompido. Nessa época declarou-se publicamente “francamente socialista, partidário do marxismo”³⁰. Pouco antes da “Revolução Constitucionalista de 1932”, participou das tentativas de “unificação política da esquerda revolucionária” através da constituição do “Partido Liberal-Socialista”, que os episódios de 9 de julho sepultaram. Esteve entre os fundadores do PSB-SP. Durante a interventoria do General Waldomiro Castilho de Lima foi membro da Comissão de Sindicância do Estado de São Paulo. Ao final dos trabalhos constituintes tentou, sem sucesso, reeleger-se. Depois disso não teve mais atuação em funções públicas e políticas

Frederico Virmond de Lacerda Werneck nasceu em Guarapuava (PR) em 10-11-1891. Formou-se na Escola de Agronomia do Paraná. Desde 1922 acompanhava as mobilizações “tenentistas”. Nos contatos com este movimento conheceu o “tenente” João Alberto Lins de Barros. Após a “Revolução de 1930” foi convidado pelo interventor João Alberto para trabalhar no Departamento do Trabalho Agrícola e depois dirigir o Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo, cuja atuação lhe ocasionaria um processo movido pela justiça paulista. Foi um dos fundadores do PSB-SP. Depois de sua saída do PSB-SP, em janeiro de 1934, tenta se reeleger, sem sucesso, pelo Partido Trabalhista de São Paulo. Dedicou-se posteriormente à sua carreira de agrônomo no Paraná.

Estes ligeiros perfis já trazem à tona as diferenças e contradições que eram decorrência natural da maneira pela qual o PSB-SP foi constituído. Esta pequena bancada já chegava aos trabalhos constituintes com contradições. Em primeiro lugar, porque, do ponto de vista local do Estado de São Paulo, dado seu fracasso eleitoral, era uma bancada de oposição à maioria pertencente à “Chapa Única”. Em segundo lugar, embora as forças ligadas ao governo e ao tenentismo tivessem, na Constituinte, um significativo número de representantes, as suas divergências internas acabaram fragilizando este bloco majoritário. No caso dos socialistas de São Paulo isto também ocorreu. De um lado, encontram-se dois deles (Guaracy Silveira e Lacerda Werneck) que podem ser considerados como tendo um perfil “trabalhista” (embora o primeiro tivesse uma característica mais conservadora que o segundo) - e que nas questões essenciais acabaram votando com as principais propostas do governo - e, de outro, um “socialista”, que, com uma atuação quase que solitária, em várias ocasiões chocou-se com a orientação do núcleo varguista.

Os trabalhos constituintes se abriram com sessões preparatórias em 10-11-1933 para diplomação dos eleitos. As sessões iniciaram-se efetivamente em

15 de novembro. A bancada do PSB-SP era liderada por Zoroastro Gouveia. Esta bancada teve, como já sabemos, uma curta atuação, pois, com a saída de Guaracy Silveira e de Lacerda Werneck em janeiro de 1934, o seu único representante ficou sendo Zoroastro Gouveia.

Na primeira manifestação dos deputados socialistas de São Paulo, um observador atento perceberia que as coisas não seriam muito promissoras para aquela pequena bancada. Na sessão de 15 de novembro, os dois deputados presentes (Lacerda Werneck só foi empossado em 28-1-1933), Guaracy Silveira e Zoroastro Gouveia apresentaram posicionamentos diferenciados em relação a uma moção que permitia que Getúlio Vargas continuasse, durante os trabalhos constituintes, a legislar por meio de decretos enquanto não fosse aprovado o texto constitucional. Enquanto Zoroastro Gouveia, como líder da bancada, sem, ao que parece, ter apreendido a amplitude da discussão, declarava que se abstinha de votar, porque as discussões ali realizadas deram-se em torno da questão da soberania nacional, o que, na sua avaliação, “não é mais que um modo de disfarçar a ditadura do capitalismo” e concluía que os socialistas “com seu crivo realista, tomarão sempre as decisões no fito de realizar obra útil e obter as franquias maiores, já na formação, já na garantia dos serviços públicos que forem chamados a regulamentar”³¹. Alguns minutos antes, no entanto, o reverendo Guaracy Silveira declarara-se, “não como representante de qualquer partido, mas como paulista”, de acordo com a moção em discussão e, mais – o que o serviu para estigmatizá-lo posteriormente perante a militância socialista de São Paulo –, que concordava com as palavras do orador que o tinha antecedido, nada menos que o líder da “Chapa Única” (AANC – I, p. 183). Sem dúvida, uma péssima estréia para uma bancada partidária.

A bancada socialista de São Paulo em razão de seu curto espaço de tempo de funcionamento, apenas atuou enquanto tal no período em que foram apresentadas as emendas ao anteprojeto de Constituição em sua primeira fase de discussão. Mesmo assim, este funcionamento foi relativo, pois refletiu as divergências que, ainda surdamente, existiam entre Zoroastro Gouveia e Guaracy Silveira. Os deputados socialistas de São Paulo assinaram ao todo 47 emendas, sendo que dez delas foram subscritas apenas por Guaracy Silveira, nove por Zoroastro Gouveia e Lacerda Werneck e as 28 restantes assinadas com outros parlamentares. Neste caso, Zoroastro assinou três, Zoroastro e Guaracy duas, Zoroastro e Lacerda 18 e toda a bancada assinou cinco emendas. Aqui fica visível outro sinal de separação entre Guaracy Silveira e os outros dois membros da bancada.

Nas cinco emendas assinadas pelos três deputados socialistas, juntamente com outros parlamentares, quatro delas eram caudatárias de concepções corporativistas: a instituição da figura do deputado classista, a criação da justiça do trabalho, a obriga-

toriedade de sindicalização e associação para os maiores de 18 anos e a necessidade de pertencer a um sindicato ou associação para possuir o direito de voto. As duas primeiras, como se sabe, eram propostas básicas do tenentismo e acabaram incorporadas ao texto constitucional. As demais eram a lógica corporativista levada a extremos. Chama a atenção na proposta de a sindicalização ser um pré-requisito para o direito de voto o fato desta emenda³², além de acrescentar que tal direito seria cerceado aos mendigos – acréscimo que acabou sendo acatado no texto constitucional –, manter as restrições aos analfabetos e deixá-lo facultativo às mulheres. Isto lança a questão de que os socialistas de São Paulo, juntamente com um grande número de constituintes, possuíam uma visão elitista a respeito de quem estaria habilitado a participar da eleição dos integrantes do Poder Legislativo.

Já no conjunto das dezoito emendas assinadas por Zoroastro Gouveia e Lacerda Werneck com outros parlamentares encontramos o foco da atenção de ambos voltado de modo geral para diversos dos temas arrolados no programa apresentado pelo general Waldomiro Castilho de Lima - como a unificação da atividade governamental, a instituição de um sistema completo de educação, divórcio, Estado leigo. Além disso, há a defesa do unicameralismo - com a emenda de supressão da figura do Conselho Supremo, que naquele momento era uma espécie de substituto à figura do senado, o qual reapareceria posteriormente para ser incluído no texto da Constituição - , bem como para alguns detalhamentos com respeito ao exercício da atividade política dos parlamentares.

Neste bloco de emendas assinadas com outros parlamentares, será relevante assinalarmos mais duas delas, subscritas apenas por Zoroastro Gouveia. A primeira impunha, entre vários itens, o instituto do exame pré-nupcial – que afinal foi incorporado ao texto constitucional, mas de uma outra forma -, tema em voga nos anos 1930 sob o manto da eugenia. Era um tema muito ambíguo, pois tanto poderia ser abordado do ponto de vista de melhores condições de saúde da população como poderia descambar para o campo da pureza e aperfeiçoamento da espécie humana, tão cara aos nacional-socialistas alemães. A outra, assinada em sua grande maioria por deputados classistas, arrolava várias reivindicações do movimento dos trabalhadores³³. Havia entre elas algumas que até hoje permanecem na pauta das reivindicações dos trabalhadores - como a extensão da jornada de trabalho, o trabalho noturno e o insalubre, o trabalho das mulheres e menores – e outras que foram conquistadas naquela época e lentamente desmanteladas ao longo dos anos, como os institutos de assistência e seguridade social. Mas sem dúvida, a proposta que mais chama atenção neste bloco é a da obrigatoriedade do trabalho, que era uma radicalização da idéia de que a humanidade apenas fundava-se na teia de relações formada em torno do trabalho, e que tudo aí deveria ser enquadrado.

Por fim, é importante examinarmos as emendas assinadas exclusivamente pelos socialistas de São Paulo. Como vimos, dividiam-se em dois blocos: as emendas assinadas apenas por Guaracy Silveira e as assinadas conjuntamente por Lacerda Werneck e Zoroastro Gouveia. As assinadas por Guaracy Silveira, afora as voltadas para regular aspectos do exercício do mandato político de parlamentares e do presidente da República, em grande parte eram dedicadas à questão da religião – recordemos, que esta questão também integrava a plataforma do PSB-SP -, refletindo a temática central do seu mandato, que, de um lado, voltava-se contra a intolerância da Igreja Católica em relação a outras crenças e, de outro, como resultado dessa ação, buscava abrir mais espaço para sua crença. Neste campo as emendas por ele apresentadas voltaram-se para tornar a facultativo o ensino da religião, a indissolubilidade do matrimônio, a representação diplomática do Brasil no Vaticano, a assistência religiosa no serviço militar. As assinadas por Werneck e Gouveia são mais variadas, havendo certa ênfase na questão da naturalização dos estrangeiros e na de uma maior ampliação da ação da justiça para a sociedade, em particular para os trabalhadores, fruto, neste caso, da vivência de Gouveia como advogado e de Werneck como diretor do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo. Além disso, apresentaram uma emenda que trazia um item programático do PSB-SP, a qual extinguiu os impostos de importação.

A atuação conjunta da bancada socialista de São Paulo, ao contrário da “Chapa Única” paulista, foi praticamente inexistente. Isto se deve, sobretudo, às divergências entre os seus membros, as quais eram decorrências quase naturais da forma pela qual foi organizado o PSB-SP. Estas divergências explodiram publicamente no início de 1934, no dia do encerramento do Congresso do partido, que ocorreu de 10 a 12 de janeiro. Neste congresso, como vimos, decidiu-se pela expulsão do deputado Guaracy Silveira das fileiras socialistas. Na abertura da sessão do dia 12 de janeiro, à qual não estava presente Zoroastro Gouveia, que se encontrava em São Paulo participando do Congresso do PSB-SP, o deputado Guaracy Silveira anunciou seu desligamento das fileiras socialistas, com intervenções de apoio de deputados da “Chapa Única”. Silveira também afirmou que não seria necessária sua expulsão do partido, pois ele tinha afirmado que dele se retiraria “se o mesmo adotasse programa contrário ao que levamos às urnas” e aproveitou para atacar Francesco Frola, dizendo que não ter mais freqüentado o partido “porque não podia, como Deputado eleito pelo povo brasileiro, submeter-me à direção de um estrangeiro expulso de seu país”. Concluiu seu pronunciamento afirmando que “mudaram o programa mas não podem forçar os eleitos pelo povo a abandonar um programa cristão para abraçar um programa comunista” (AANC – VI, p. 8 e 9). No dia seguinte, mais uma vez ausente Zoroastro

Gouveia, o deputado Lacerda Werneck, que havia recebido uma advertência do Congresso, anunciou publicamente seu desligamento do partido, dizendo que preferia não submeter-se a uma advertência e interpelação que considerava extremamente iníquas e, sim, ficar com “o operariado que me elegeu” (AANC – VI, p. 32 e 34). Na sessão de 17 de janeiro foi a vez de Zoroastro Gouveia comparecer em plenário para apresentar, na presença de Lacerda Werneck e Guaracy Silveira, a versão do PSB-SP. A sessão foi quase que toda tomada pela discussão em que se altercaram, em especial, Gouveia e Silveira, cada qual buscando defender seu ponto de vista. Este basicamente defendeu-se dos ataques de Gouveia afirmando ter sido eleito pelo programa apresentado pelo general Waldomiro Castilho de Lima e não pelo que havia sido lançado em 4 de novembro. Gouveia fez um discurso muito agressivo em que acuou Silveira. Nele, inicialmente valendo-se de uma declaração do próprio reverendo de que fora convidado a ingressar no PSB-SP para combater os marxistas, caracterizou-o com um agente policial e, com base em depoimentos de várias pessoas, afirmou que Silveira recebera dinheiro do Interventor para financiar sua campanha e sua atividade contra os marxistas e buscou caracterizá-lo com um aliado das forças conservadoras ligadas à “Chapa Única” e concluiu seu pronunciamento arrolando as causas que deram motivo à sua expulsão da agremiação:

“Uma vez, definitivamente eleito, não mais cumpriu suas obrigações pecuniárias para com o Partido; não foi ao Congresso de setembro como não compareceu agora no de janeiro, onde cabia sustentar seus pontos de vista, e, só assim, vendo-os repelidos, se insurgir; no embarcar para a constituinte, visitou o interventor Salles de Oliveira, que já então guerreava abertamente o Partido Socialista; apresentou-se aqui de bandeirinha regionalista na lapela; até neste passo melindroso de sua apostasia, foi consultar ao líder Alcântara Machado sobre se devia ou não continuar na cadeira que os socialistas lhe deram. Isso por ser o professor Alcântara um eminente jurista...” (AANC – VI, p. 176).

A discussão no plenário da Assembléia Constituinte encerrou-se na sessão de 23 de janeiro, quando Gouveia fez uso da palavra para defender Francesco Frola das insinuações levantadas por Silveira a respeito de sua condição de estrangeiro, que permitiam interpretações de “infiltração estrangeira” em assuntos internos. Gouveia esclareceu ao plenário que Frola, além de ser casado com uma cidadã brasileira e com ela ter tido um filho, havia se naturalizado em 1932, antes até da fundação do PSB-SP. Com isto, neutralizava possíveis ilações sobre “infiltrações alienígenas” e este seria o último lance da polêmica em torno do PSB-SP no recinto da Assembléia Nacional Constituinte.

Foi melancolicamente, portanto, que a bancada do PSB-SP, eleita em maio de 1933, encerrou sua atuação político-partidária na Assembléia Nacional Constituinte.

Não se pode, todavia, encerrar a apreciação da atuação da bancada do PSB-SP na Assembléia Constituinte sem fazer uma breve apreciação da atuação de cada um de seus integrantes ao longo dos trabalhos legislativos para que possamos destacar ainda algumas questões.

A temática central das intervenções de Guaracy Silveira durante os trabalhos constituintes foi basicamente a questão religiosa. Em especial três pontos: o ensino facultativo da religião nas escolas; a assistência espiritual às tropas e a realização do casamento religioso com validade civil³⁴. Em sua primeira intervenção sobre o assunto mal pôde concluir seu pronunciamento em virtude da virulência dos apertes que recebeu. Várias vezes voltou ao tema, sendo sempre objeto de ataque de uma série de parlamentares vinculados aos setores conservadores da Igreja que ali estavam em defesa da inserção dessas questões no texto constitucional a fim de demarcar uma nova ocupação do espaço institucional por parte desse setor dos católicos. Nessa questão, por vezes Zoroastro Gouveia intervinha, quando ainda Silveira pertencia às fileiras do PSB-SP, em geral na forma de apertes sarcásticos, nos quais buscava realçar a intolerância na questão religiosa manifestada por aqueles parlamentares: “A piedade de V. Exa. é bem irmã daquela com que os dominicanos torravam os hereges. (*Riso*)” (AANC – II, p. 281)

Mas o combate em defesa da laicidade, que, no caso particular de Guaracy Silveira, servia também para a obtenção de espaço para o crescimento de sua religião, foi uma luta solitária, que acabou obtendo poucos resultados nas frentes nas quais ele se dispôs a intervir. Foram mantidos os pontos de vista da Igreja Católica, selando sua vitória. Pois, mesmo que se consagrasse a liberdade de culto, e que houvesse aqui e ali certo abrandamento na linguagem empregada no texto final, o fato é que o “statu quo” foi mantido nestes pontos e a intolerância, portanto, preservada.

Nas poucas vezes em que se manifestou a respeito de questões explicitamente políticas, Silveira sempre o fazia invocando questões humanitárias. Assim aconteceu quando defendeu a aprovação de requerimento em defesa dos presos políticos cubanos ameaçados de execução e quando votou favoravelmente à concessão da anistia aos adversários do regime de Getúlio Vargas.

Silveira classificava o programa do PSB-SP apresentado nas eleições de maio de 1933 como sendo “socialista cristão”, e que “visava o bem do proletariado e em nada era contrário à nossa consciência cristã” (AANC – VI, p. 6), e que cabia ao partido lutar “em favor dos que sofrem e precisam

do amparo da lei” (AANC – VI, p. 170). Era dentro desses parâmetros que compreendia o caráter socialista do partido. Enfatizava que o socialismo que defendia era o que visava a harmonia entre o capital e o trabalho (AANC – V, p. 215). Enfim, a noção de luta de classes não estava em seu horizonte de apreciação das questões sociais.

Por fim, a respeito de uma das razões de seu afastamento do PSB-SP, a aproximação com a “Chapa Única”, é interessante conhecer trecho de um pronunciamento que Silveira fez na sessão de 16 de abril de 1934, numa espécie de balanço de seu mandato³⁵, e que mostra seu relacionamento com aqueles deputados, ao mesmo tempo em que deixa clara a sua capacidade de distinguir as diferenças entre os posicionamentos de uma agremiação socialista e os defendidos pela classe dirigente de São Paulo que se encontravam representados na “Chapa Única”:

“Não toquei em qualquer ponto do interesse do Estado de S. Paulo, porque confiei aos deputados da bancada paulista o estudo dos altos e justos interesses da minha terra. Tenho a confessar que a minha confiança não foi vã.

Os Deputados paulistas, esquecidos do partidarismo, cuidaram com todo o zelo dos interesses do meu Estado. Emprestando-lhes a minha solidariedade, creio que tenho nesse ponto cumprido inteiramente o meu dever. Qualquer que seja a opinião em S. Paulo sobre os Deputados paulistas, depois de acompanhar os seus estudos e os seus esforços exaustivos, posso afirmar que eles defenderam os interesses do meu Estado, dentro dos interesses do Brasil.” (AANC – XV, p. 39)

Lacerda Werneck, por seu turno, valendo-se de sua experiência como diretor do Departamento Estadual do Trabalho em São Paulo, buscou atuar em defesa de algumas questões: o salário mínimo, a representação classista, o regime parlamentarista e a imigração e o povoamento. A cada um deles dedicou longos pronunciamentos, fundamentados em dados e desenvolvendo uma cerrada argumentação. Os dois primeiros eram temas caros ao tenentismo, ao qual Werneck se filiava, acoplados à ordem corporativa à qual estavam conectados estes pontos.

No entanto, o que mais lhe ocupou tempo em suas intervenções entre sua posse e março de 1934 (quando a Comissão Policial do Assembléia deu parecer negando o pedido de licença para ser processado) foi a questão de um processo que lhe estava sendo movido pelo Ministério Público por acusação de crime de peculato que teria praticado na direção do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo. Segundo Werneck, tal processo, eivado de irregularida-

des, teria sido instigado pelo sucessor de general Waldomiro Castilho de Lima na interventoria do Estado de São Paulo, o general Daltro Filho³⁶, como uma forma de retaliação contra Lima. Werneck foi defendido, sobretudo de ataques de deputados da “Chapa Única”, em plenário por Gouveia, que via naquele processo de tolhimento de defesa o propósito de atacar o PSB-SP (AANC – V, p. 477). Dentro das fileiras socialistas, porém, corria a versão de que a causa para que a atuação de Werneck fosse insatisfatória era de que ele estaria negociando com o governo paulista o “abafamento do seu processo”³⁷.

Seu primeiro pronunciamento, feito somente na sessão de 5 de janeiro de 1934, no qual tratou da importância da implantação do salário mínimo, foi aberto com a afirmativa de que, ao contrário do que muito se repetira na Assembleia Nacional Constituinte, de que existia efetivamente a questão social no Brasil. Ele o fazia a fim de que ficasse claro o pressuposto que se pretendia dissimular com tais repetições, qual seja, a de que a questão social nada mais era do que a luta de classes. Tal luta, fazendo uso da terminologia empregada por Werneck, se dava entre duas classes, “a classe dos que possuem e a dos que não possuem” (AANC – V, p. 400).

“E na contextura dos inúmeros casos que ali [Werneck refere-se ao Conselho Nacional do Trabalho, dk] foram presentes, não estaria, porventura, patente e inquestionável, o atrito de interesses ou conspiração de direitos e, portanto, evidente a luta de classes e com ela a questão social?

Se esse quadro não é da luta de classes, e se a situação penosa de saúde, de instrução e de recursos à sua subsistência, em que se debate o proletariado brasileiro, não é uma questão social – eu, Sr. Presidente, não sei como denominariam os otimistas desta casa, as questões dessa natureza que tanto preocupam as nações cultas e experientes do Velho e do Novo Mundo” (AANC – V, p. 403)

No entanto, o reconhecimento da categoria “luta de classes” servia, na verdade, para Werneck demonstrar que sua concepção de socialismo era, de um lado, carente da noção de conquista do poder por parte da classe “dos que não possuem” – da qual ele seria o representante, e, de outro, preventiva:

“Sr. Presidente, provada como está a necessidade de prevenirmos, na feitura da nova Carta Magna do País, dispositivos que facultem a aplicação dos remédios a essa realidade brasileira, eu apelo para os homens de boa vontade desta casa, para que se concentrem diante da situação que venho de expor e meditem, muito e muito, ao votar as reivindica-

ções proletárias, que constituem medidas de segurança à *ordem social e econômica* (questão atual e palpitante, preocupação de todos os governos) – fundamento de todo o progresso moral e material e aspiração máxima do povo brasileiro.” (AANC – V, p. 403, grifos do original)

Este socialismo de Werneck tinha como base a noção de cooperação e harmonia entre Capital e Trabalho, entre “os que possuem” e “os que não possuem”, ou seja, a conciliação das classes. Assim, todas as dificuldades vividas pelos trabalhadores e testemunhadas por Werneck e por ele assinadas em seu pronunciamento eram resultado de um desequilíbrio na sociedade brasileira. A perpetuação de tal situação poderia ter conseqüências desastrosas. Por isso, “a sua solução só é encontrada realizando a racionalização da atividade humana na ação dinâmica do socialismo moderno, de maneira positiva” (AANC – V, p. 414). Mais tarde Werneck exporá em um pronunciamento, misturando P. Kropotkin, Otávio de Faria, R. H. Tawney, H. De Man, K. Marx, entre outros, a qual tipo de socialismo ele filosoficamente se filiava. Afirmava, inicialmente, que o programa do PSB-SP apresentado pelo general Waldomiro Castilho de Lima não tinha nada de marxista nem de comunista e a que as posições posteriormente defendidas pelo partido acabaram caindo no caminho do comunismo. Esta situação revelava um problema comum na evolução do socialismo: “a coexistência de dois ideais diferentes – um, alto, de justiça e de direito – e outro, vulgar, de ambição de poder e de gozos materiais” (AANC – VII, p. 81):

“É assim, senhores, que o caso do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo não fugiu a esse determinismo histórico, pois o seu objetivo passa hoje de uma reivindicação de justiça social a ser estabelecida com o concurso indistinto dos homens, para uma afirmação de força material, feita por uma parte da sociedade contra todos os outros homens – contra a própria noção de justiça, fazendo desaparecer a base moral, *o seu caráter idealista*.

É o que Marx e Engels chamaram ‘a transformação do socialismo utópico em socialismo científico’; deixar o idealismo pelo realismo; no sentido marxista: deixar de ser moral para ser revolucionário.” (AANC – VII, p. 81, grifos do original)

Werneck, evidentemente, se punha no campo do “alto” socialismo, pois o “vulgar” só veio trazer danos ao operariado, pois o marxismo acabara servindo de pretexto para a burguesia justificar a violência de sua reação. Daí, a conclusão:

“Eis porquê, socialista utópico, para submeter-me à definição consagrada, eu fico com a base moral, não aceito um movimento que acende o ódio de uma parte da sociedade contra outra, não me submeto ao novo programa do Partido Socialista Brasileiro, que a experiência de todos os tempos condena, e batalharei sempre contra a exploração do proletariado, pelas reivindicações que se inspiram no amor e na justiça, pela socialização dos meios de produção, elevando o seu poder aquisitivo e nível moral, dando instrução, saúde e conforto, funções precípuas do Estado moderno.” (AANC – VII, p. 85)

Não se deve, no entanto, deixar de assinalar, entre outras, a incompreensão de Werneck do conceito de socialização dos meios de produção, que não se coaduna com o conjunto permeado pelo conceito de conciliação de classes.

É também dentro dessa visão que Werneck defende a existência e manutenção da figura do deputado classista em oposição ao posicionamento contrário da bancada paulista da “Chapa Única”:

“Agarrados desesperadamente ao tendencioso sofisma de que o problema econômico é simples função do teorema político – não sentem os renitentes defensores das velhas democracias já tão profundamente desfiguradas a inutilidade do seu esforço, em não querer reconhecer as vantagens para o país, de dar aos representantes do trabalho as condições sociais e políticas, que justamente reclamam. Preferem deixar a sua realização à mercê de explosão fatal, de conseqüências imprevisíveis.” (AANC – VI, p. 114-115)

Já Zoroastro Gouveia não teve uma atuação como a de Werneck e Silveira, que seguiram padrões mais usuais de atuação parlamentar. Em particular pelo fato de que a presença de Gouveia no plenário da constituinte não se deu como representante em defesa de algumas propostas práticas. Zoroastro acabou atuando mais como um propagandista do socialismo do PSB-SP. Para isso, valendo-se de seu inegável talento oratório, intervinha, em geral na forma de apartes, nos mais variados debates a fim de deixar estabelecida a versão socialista sobre tal ou qual tema. Essa intervenção pontual fez com que, apesar de fazer alguns pronunciamentos entrecortados em defesa da representação de classes, do parlamentarismo, do divórcio, do ensino laico, do direito de greve, ele não se dedicasse a um trabalho de aprofundamento dos temas e convencimento dos outros parlamentares em favor de pontos de vista específicos. Ou seja, sua especificidade acabou sendo o socialismo do PSB-SP.

Todavia, para uma Assembléia Constituinte isto era muito pouco. Este juízo evidentemente não se funda sobre possibilidades de sucesso, mas sim a respeito da ausência de uma proposta mais acabada de organização e intervenção na sociedade. Gouveia, como se recorda, tornou-se o representante solitário de um agrupamento político-partidário que se dizia marxista, mas o qual não possuía nada além de uma proposta feita em termos gerais e externada em um manifesto aparecido em novembro de 1933. Aliado a isto, estava a maneira pela qual se dava sua intervenção, ou seja, buscando, vamos dizer assim, introduzir uma “nota de rodapé socialista” a uma determinada exposição alheia. Estas “notas de rodapé”, que eram os pronunciamentos e apartes de Gouveia, da forma como eram apanhadas pela taquigrafia, se faziam acompanhar invariavelmente de observações como “aplausos”, “risos”, dado seu caráter crítico e/ou sarcástico. Se era do agrado da platéia e dos presentes, o que é inegável, pois ainda hoje trata-se uma leitura saborosa pela presença de espírito, vivacidade e agilidade de pensamento de Gouveia, por outro lado, do ponto de vista de construção de um espaço político para uma determinada corrente de pensamento, pode-se considerar que esta maneira de atuar não fosse muito eficaz, pois acabava gerando mais indisposições que concordâncias ou mesmo diálogo. Além disso, os pronunciamentos de Gouveia eram recheados de citações dos mais variados autores e das mais diversas tendências - von Wiese, Lassale, Marx, Engels, Duguit, Kelsen, Durkheim, Stuart Mill, Spencer, Pareto, Le Bon etc. -, tipificando uma fala eclética, acompanhado da característica verborragia do discurso das elites brasileiras e tão ao seu gosto.

Mesmo assim, Gouveia chegou a expor uma espécie de programa mínimo do PSB-SP, defendendo-o através de seu peculiar método de ação parlamentar de colocar propostas, de caráter genérico em boa parte e baseadas no manifesto de novembro de 1933, por meio dos apartes que dava aos pronunciamentos de outros parlamentares e, obviamente, por intermédio de emendas que apresentou ao Anteprojeto de Constituição, em primeira discussão, com seus ex-colegas de bancada, e sozinho quando de sua segunda discussão.

Desde sua primeira intervenção na Constituinte, Zoroastro Gouveia fez questão de demarcar sua condição de socialista, adepto do materialismo histórico. É bem verdade que, para alguém que se proclamava marxista, o uso que fez de Marx durante os trabalhos constituintes foi exíguo, restringindo-se praticamente às questões econômicas. No entanto, fez questão de precisar que tipo de socialismo era esse, adotando a expressão “liberal socialista” empregada no manifesto do PSB-SP de novembro de 1933. Gouveia dava a entender sua vinculação com as posições social-democratas, pelo seu apoio às posições evolucionistas. Certas metas defendidas pelo PSB-SP poderiam até ser semelhantes –

como a socialização dos meios de produção – às dos comunistas, mas Gouveia, que não fazia distinções ideológicas entre comunistas e socialistas, destacava que a diferença essencial entre ambos era a tática de realização, os meios a empregar para se chegar ao poder. Mas Gouveia - ao contrário, por exemplo, de Werneck, que defendia a conciliação de classes - fazia questão de destacar que a via evolucionista que defendia levaria, não se sabe quando, é verdade, a um governo de trabalhadores, uma república socialista, uma república proletária.

Gouveia, no entanto, trouxe a plenário uma visão muito crítica da elite dirigente do Estado de São Paulo. Um de seus alvos preferidos era a “Chapa Única”, a qual atacou durante quase todos os trabalhos constituintes. Seus incisivos ataques às medidas arbitrárias e violentas que o interventor Armando de Salles de Oliveira - por ele chamado de “D. Miguel de papelão” ou então de “tzar Armando de Piratininga” - vinha tomando contra o movimento dos trabalhadores e seus opositores fez com que a “Chapa Única”, a quem qualificava de “verdadeira Arca de Noé da fauna politiqueria do passado”, por intermédio do deputado Cardoso de Melo Neto, tomasse uma atitude radical: “Prometo por mim, por todos da minha bancada; prometo por S. Paulo unido, que nunca mais, nesta Assembléia, S. Paulo tomará em conta a palavra do Deputado Sr. Zoroastro Gouveia.” (AANC – II, p. 442) De fato, tal promessa foi cumprida. Nas várias ocasiões em que Gouveia apartou pronunciamentos de integrantes da “Chapa Única”, estes o ignoravam completamente. Mas Gouveia jamais perdeu oportunidade de mostrar as ações do governo que a elite paulista punha em prática, quando finalmente retomou as rédeas do poder, depois de ser governada por interventores estranhos aos seus interesses desde a chamada “Revolução de 30”. Assim, por exemplo, em sessão de 26 de dezembro de 1933, em seu pronunciamento denunciando as torturas e as brutais condições a que eram submetidos os presos políticos encarcerados na Capital e na Ilha dos Porcos, a “Sibéria do tzar Armando”, como ele a chamava, leu uma carta a respeito desses fatos assinada por 44 advogados paulistas e encabeçada por Caio Prado Júnior (AANC – V, 89). Ou então, na sessão de 27 de janeiro de 1934, quando relatou a repressão desencadeada contra a greve dos ferroviários e o tiroteio da polícia paulista contra uma multidão que participou em um comício convocado pelo PSB-SP no dia 25 de janeiro (AANC – VI, p. 579).

Outra questão que deixava os membros da “Chapa Única” indignados era a apreciação que Gouveia fazia da revolta de 1932, que chamava de revolução pseudoconstitucionalista, e diante da qual o proletariado paulista teria se mostrado indiferente, expondo, ao invés do mito que se criava e dia a dia era ali alimentado e incensado, as causas econômicas que julgava serem as que explicavam o acontecimento:

“Foi verdadeira revolução pró-tarifas aduaneiras de proteção às indústrias artificiais, porquanto as viáveis não têm necessidade de proteção indefinida e exagerada. (...) A Revolução em que muitos, como V. Exa. poderiam ter entrado com sileitos em sinceridade, com lealdade, com denodo, mas que, estudada pelos nossos critérios positivos, foi promovida unicamente pelos parasitas da pauta aduaneira, mobilizados contra os intuitos que a Revolução começava a revelar, compreendendo os seus verdadeiros destinos, de caçar-lhes essa fonte abundante de enriquecimento indébito.” (AANC – V, p. 95 e 35, respectivamente)

Assim, nestes ataques à “Chapa Única” e ao movimento de 9 de julho, Gouveia buscava esboçar um retrato da elite mais poderosa do país e mostrar de modo claro do que ela era capaz de fazer para chegar e se manter no poder.

Durante o processo constituinte, Gouveia acabou se aproximando de um pequeno grupo de deputados classistas, composto por João Vitaca, Waldemar Reikdal, Vasco de Toledo e Acyr de Medeiros, que ficou conhecido como “Minoria Proletária”, com os quais assinou uma série de proposições e junto aos quais defendia as reivindicações dos trabalhadores. Embora os três primeiros fundassem um novo partido, o Partido Socialista Proletário do Brasil, Gouveia não se associou a eles nesta iniciativa, permanecendo no PSB-SP.

Nos momentos finais do processo constituinte foram aprovadas medidas transitórias, entre as quais se destacava a prorrogação dos mandatos dos próprios constituintes até a posse dos novos deputados que seriam eleitos em 14 de outubro de 1934, votou juntamente a “Minoria Proletária” contra a proposta, que acabou aprovada. Além disso, esteve com o grupo ao negar-se a assinar o texto final da Constituição³⁸, em 16 de julho de 1934, por julgá-lo contrário aos interesses dos trabalhadores, bem como a participar da votação que os constituintes fariam para eleger o presidente da República, escolhendo Getúlio Vargas em sessão de 18 de julho de 1934.

A atuação dos três parlamentares que compunham a bancada do Partido Socialista Brasileiro de São Paulo nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte pode ser, sem dúvida, considerada sofrível se a examinarmos do ponto de vista de sua especificidade como partido que se intitulava socialista. Tal resultado deve-se ao modo como se estruturou a legenda pela qual foram eleitos. Constituído a partir de uma frente de organizações heterogêneas, que se agruparam no campo de um impreciso tenentismo com veleidades de “esquerda” e construído à sombra do poder e fazendo uso de um discurso genérico e demagógico, o PSB-SP elegeu uma representação à constituinte que foi o reflexo dessas contradições: de um lado, representantes do que se poderia chamar *avant la lettre* de trabalhismo, um mais conservador (Silveira) e outro mais liberal (Werneck) e, de outro, um repre-

sentante daquela ala que se associou ao tenentismo e com ele rapidamente se desiluiu, buscando caminhos mais à esquerda para suas convicções (Gouveia). Tais contradições não suportaram a exigência prática de um trabalho em conjunto e, em um acontecimento único durante os trabalhos da Assembléia, explodiram em plenário publicamente.

Nas eleições de renovação do Congresso Nacional realizadas em 14 de outubro de 1934 a atuação de cada um dos integrantes da bancada do PSB-SP recebeu um veredicto negativo daqueles que os haviam sufragado em 3 de maio de 1933 e nenhum dos três conseguiu ser reeleito³⁹.

NOTAS EXPLICATIVAS

⁽¹⁾ Political movement that emerged among low-ranking army officers.

¹ - Este partido seria chamado de "Partido Liberal-Socialista de São Paulo", que objetivava a "unificação política da esquerda revolucionária" e cujo manifesto-programa fora redigido por Zoroastro Gouveia. Sobre estas conversações ver também a carta de Francisco Giraldes Filho a Zoroastro Gouveia lida por este no plenário da Constituinte em 17 de janeiro de 1934 (BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 167 e 168). Outro relato, mais substancial, é o feito nas memórias de Francesco Frola (Recuerdos de un antifascista (1925-1938). México (DF): México Nuevo, 1939, p. 161-185).

² - Estas organizações tiveram como representantes no I Congresso Revolucionário: Zoroastro Gouveia, Francisco Giraldes Filho, Celso Barroso, Pedro de Alcântara Tocci, Luíza de Camargo Brito Branco, Maurício Goulart, Carmelo S. Crispino, Manoel dos Passos da Silva Cunha, Gilberto de Andrade e Cunha, Rafael Sampaio Filho, Carlos Castilho Cabral, Oscar Pedrosa D'Horta, tenente Brito Branco, José B. Ruble e outros ("O Congresso do Partido Socialista Brasileiro" In: Luta Social. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 1). Ver também "As atividades do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo" In: Folha da Noite, 3/1/1933.

³ - "O Congresso do Partido Socialista Brasileiro" In: Luta Social. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 1.

⁴ - BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 167-168.

⁵ - Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1932) in MORAES FILHO, Evaristo de (org.). O socialismo brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 262-263 e 264.

⁶ - Teses do Congresso Revolucionário In CARONE, Edgard. O tenentismo. Acontecimentos – Personalagens – Programas. São Paulo: Difel, 1975, p. 402-404.

⁷ - "O Congresso do Partido Socialista Brasileiro" In: Luta Social. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 1.

⁸ - CARONE, Edgard. Brasil: Anos de crise (1930-1945). São Paulo: Ática, 1991. p. 98.

⁹ - BRASIL. Congresso Nacional. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 6.

¹⁰ - A partir de abril de 1933, o PSB-SP passou a contar com um programa diário na Rádio Educadora Paulista, o "Quarto de Hora Socialista", cujos principais pronunciamentos eram transcritos no Jornal do Estado.

¹¹ - "O socialismo no Brasil" In: Jornal do Estado. São Paulo, 14-3-1933, p. 3.

¹² - "O que é e o que pretende o Partido Socialista de S. Paulo" In: Jornal do Estado. São Paulo, 13-4-1933, p. 2.

¹³ - "Síntese do Programa Socialista (Discurso do Dr. Nilo Bruzzi ao microfone da Sociedade Rádio Educadora Paulista, na noite de 21 de abril último)" In: Jornal do Estado. São Paulo, 23-4-1933, p. 8.

¹⁴ - “ ‘Quarto de Hora Socialista’ na Rádio Educadora. O discurso de inauguração pronunciado pelo Dr. Clóvis Nóbrega” In: *Jornal do Estado*. São Paulo, 20-4-1933, p. 4.

¹⁵ - FROLA, Francesco. “Apresentação” In: *Socialismo*. São Paulo, 10-3-1933, n. 1.

¹⁶ - “A sindicalização operária de São Paulo. Os candidatos operários à Constituinte” In: *Jornal do Estado*. São Paulo, 6-04-1933, p. 1.

¹⁷ - De acordo com o depoimento de Carmelo S. Crispino, sete nomes não foram aprovados em razão de terem sido vetados pela Interventoria (“O Congresso do Partido Socialista Brasileiro” In: *Luta Social*. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 1)

¹⁸ - A chapa do PSB-SP era composta pelos “doutores” Francisco Giraldes Filho, Zoroastro Gouveia, Christiano Stockler das Neves, Athos Ribeiro, Olympio Ferraz de Carvalho, Pedro de Alcântara Tocci, Antônio A lves Passig, Frederico Virmond de Lacerda Werneck, Sylvio Marques, Carlos Castilho Cabral, Pedro Voss Filho, Joaquim Guilherme Moreira Porto, os senhores Núncio Soares da Silva, José Benedicto Nino do Amaral e o reverendo Guaracy Silveira.

¹⁹ - *Jornal do Estado*, 30-4-1933.

²⁰ - Dados extraídos do Diário da Assembléia Nacional. Rio de Janeiro, 17/6/1934 (suplemento ao nº 129), p. 43. É importante destacar que nas eleições de 1933 o sistema eleitoral de 1933 era um híbrido entre os modelos proporcional e majoritário.

²¹ - GOMES, Ângela Maria de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer e COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. “Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização” In GOMES, Ângela Maria de Castro (Coord.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 286.

²² - Idem, *ibidem*, *passim*.

²³ - BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 159.

²⁴ - *Folha da Noite*. São Paulo, 12-1-1934 apud BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 161-162.

²⁵ - Zoroastro Gouveia, Waldemar Belfort Mattos, Francisco Giraldes Filho, Pedro de Alcântara Tocci, Sylvio Marques, Francesco Frola e Carmelo Sigismundo Crispino. *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro – Ao povo e ao proletariado* In: *Luta Social*. São Paulo, 13-11-1933, nº 1, p. 1 e 4.

²⁶ - BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. Volume VI. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 187.

²⁷ - “O Congresso do Partido Socialista Brasileiro” In: *Luta Social*. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 3.

²⁸ - “As próximas eleições municipais” In: *O Proletário*. São Paulo, fev./mar. 1936, n. 2, p. 1.

²⁹ - Ver Boletim Interno do PSB-SP, de junho de 1935. Este número é dedicado à adesão à ANL.

³⁰ - Idem. *Ibidem*, p. 156.

³¹ - BRASIL. Congresso Nacional. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte – volume I*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 188. Doravante as indicações extraídas dos Anais da Constituinte se farão no corpo do texto para não carregar as notas de rodapé, na seguinte conformidade: AANC-I, p. 188.

³² - Zoroastro Gouveia e Lacerda Werneck assinaram emenda com outros parlamentares que propunha o direito de voto aos praças de pré.

³³ - A emenda 270 propunha a instituição do serviço obrigatório de assistência à maternidade e à infância; o trabalho obrigatório; a jornada de trabalho de 8 horas, reduzida para 6 no caso de trabalhos insalubres e noturnos; a proibição de horas extras; a proibição de trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos; a criação da assistência médica aos trabalhadores e a seguridade social; e, por fim, a indenização no caso de demissão.

³⁴ - Recorde-se que o programa mínimo da Liga Eleitoral Católica era composto dos seguintes pontos: ensino religioso, assistência nas classes armadas, casamento indissolúvel e casamento religioso, registrado civilmente e produzindo todos os efeitos legais (AANC – II, p. 528).

³⁵ - AANC – XV, p. 45-60.

³⁶ - Três sessões depois, o tenente-coronel Manuel César Góes Monteiro, deputado constitu-

inte por Alagoas e irmão do ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góis Monteiro, fez pronunciamento em defesa do general Daltro Filho, o que pode ser interpretado como um apoio oficial a Daltro Filho.

³⁷ - "O Congresso do Partido Socialista Brasileiro" In: Luta Social. São Paulo, 27-1-1934, nº 9, p. 3.

³⁸ - Lacerda Werneck, com restrições, e Guaracy Silveira assinaram a Constituição.

³⁹ Zoroastro Gouveia, o mais votado de sua legenda e entre os três o único que permaneceu no PSB-SP (Werneck integrava o Partido Trabalhista de São Paulo e Silveira a Coligação dos Independentes), recebeu 9.970 votos, ou seja, uma queda de cerca de 75% em relação à votação recebida em 1933.